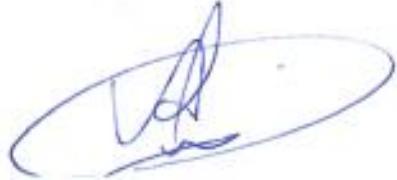




Ata da tricentésima décima oitava (318^a) reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 06 de abril de 2021, com a presença da Assessora da Presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro, da Diretora do Departamento Administrativo-Financeiro Renata de Souza Santos Esteves, da técnica em contabilidade Ivanir Barbosa da Silva Medeiros e dos Conselheiros: Clévio Vitor de Almeida e Amauri Arnaldo Junior. Ausência do conselheiro Cláudio Adriano de Siqueira Campos justificada. A reunião teve início remotamente, por meio do aplicativo “Google Meet” (serviço de comunicação por vídeo), às 9h, para apreciação e aprovação do Balancete Orçamentário de janeiro/2021 e fevereiro/2021 e Balanço 2020, bem como gestão financeira e investimentos. O modelo de reunião remota fez-se necessário diante da pandemia de COVID-19, dadas ações do executivo municipal para priorizar o isolamento social, entre outras medidas no controle da disseminação do coronavírus. Observações sobre a base de cálculo das contribuições repassadas pela Prefeitura Municipal de Jacareí, SAAE de Jacareí e Fundação Cultural de Jacareí referência folha de pagamento de dezembro e 13º de 2020 e janeiro/2021; Serviço de Regulação de Jacareí e Câmara Municipal de Jacareí referência folha de pagamento de janeiro/2021; e Unidade Gestora referência folha de pagamento de janeiro e fevereiro de 2021. As retenções sobre a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, referência janeiro e fevereiro de 2021, foram feitas de acordo com a Emenda Constitucional nº 41/03 e a MP 167/03, convertida na Lei nº 10887/04. As receitas orçamentárias dispostas no balancete de janeiro/2021 totalizaram o montante de R\$ 14.340.208,34, separadas em: a) contribuições dos servidores ativos, inativos, e pensionistas, alíquota de 12,95% e 14%, o montante de R\$ 3.312.076,88; b) contribuições patronais, alíquota de 14,22%, o montante de R\$ 3.632.781,13; c) contribuições para amortização do déficit atuarial, alíquota suplementar de 15,21%, o montante de R\$ 3.885.696,40; d) acordos de parcelamentos com a Prefeitura Municipal de Jacareí: parcela 142/240 no valor de R\$ 30.550,27 referente a dívida de contribuição de 2003 (desfazimento da dívida); parcela 132/420 no valor de R\$ 343.105,42 referente ao acordo de parcelamento de empréstimos; e parcela 132/240 no valor de R\$ 716.171,29 referente acordo das dívidas de contribuições de 09/1996 à 07/1998 e 01/1999 à 12/2000; e) acordo de reparcelamento de contribuição de servidor totalizando R\$ 12.440,33; f) Receita Patrimonial formada por rendimentos auferidos dos fundos de investimentos: Santander FIC FI Institucional Referenciado DI R\$ 3.749,44; Santander FIC FI Institucional Referenciado DI Taxa de Administração R\$ 3.821,11; Santander Ativo Renda Fixa FIC RS 3.506,84; BB Previdenciário RF IMA-B FI RS 2.366.814,25; e amortização FIDC Fechado Multisetorial Master III R\$ 25.040,54; e g) outras receitas orçamentárias como restituição de benefícios previdenciários no valor de R\$ 1.276,08, honorários advocatícios no valor de R\$ 1.776,89 e outras receitas próprias no valor de R\$ 1.401,47. No mês de janeiro não houve repasse de Compensação Previdenciária entre RGPS (COMPREV) por alterações no sistema. As despesas orçamentárias previdenciárias empenhadas para pagamento de folha de inativos, pensionistas e PASEP (obrigações tributárias sobre



[Handwritten signatures]



rendimentos financeiros) representou o montante de R\$ 7.701.545,44 e as despesas orçamentárias administrativas empenhadas o montante de R\$ 599.190,01, totalizando no mês R\$ 8.300.735,45. As receitas orçamentárias dispostas no balancete de fevereiro/2021 totalizaram o montante de R\$ 11.642.841,03 no mês, acumulando no ano R\$ 25.983.049,37, separadas em: a) contribuições dos servidores ativos, inativos, e pensionistas, alíquota de 14%, o montante de R\$ 1.850.938,15; b) contribuições patronais, alíquota de 14,22%, o montante de R\$ 1.802.463,61; c) contribuições para amortização do déficit atuarial, alíquota suplementar de 15,21%, o montante de R\$ 1.927.951,63; d) acordos de parcelamentos com a Prefeitura Municipal de Jacareí: parcela 143/240 no valor de R\$ 30.722,32 referente a dívida de contribuição de 2003 (desfazimento da dação); parcela 133/420 no valor de R\$ 345.052,67 referente ao acordo de parcelamento de empréstimos; parcela 133/240 no valor de R\$ 720.235,83 referente acordo das dívidas de contribuições de 09/1996 à 07/1998 e 01/1999 à 12/2000; e parcela 01/60 no valor de R\$ 140.547,25 referente ao acordo de parcelamento de contribuições patronais suspensas em 2020; e) acordo de reparcelamento de contribuição de servidor totalizando R\$ 12.572,24; f) Receita Patrimonial formada por rendimentos auferidos dos fundos de investimentos: Santander FIC FI Institucional Referenciado DI R\$ 11.586,24; Santander FIC FI Institucional Referenciado DI Taxa de Administração R\$ 5.121,45; BB Previdenciário RF IMA-B FI R\$ 1.221.297,89; FI Caixa Brasil IMA-B5+ TP RF LP R\$ 1.837.869,04; BB Previdenciário RF IMA-B5+ TP FI R\$ 1.270.414,15; e amortização FIDC Fechado Multisetorial Master III R\$ 30.736,89; g) repasse de COMPREV no valor de R\$ 427.406,09 referência 12/2020; e h) outras receitas orçamentárias como restituição de benefícios previdenciários no valor de R\$ 5.205,06, honorários advocatícios no valor de R\$ 1.319,05 e outras receitas próprias no valor de R\$ 1.401,47. As despesas orçamentárias previdenciárias empenhadas para pagamento de folha de inativos, pensionistas, compensação previdenciária entre o RGPS e PASEP (obrigações tributárias sobre rendimentos financeiros) representou o montante de R\$ 8.441.956,89 e as despesas orçamentárias administrativas empenhadas o montante de R\$ 230.937,76, totalizando no mês R\$ 8.672.894,65. Foram analisados relatórios de despesas pagas, classificadas por tipo de desembolso, centro de custo, empenhos e fornecedores. As movimentações financeiras foram apresentadas e avaliadas em demonstrativo anexo a essa ata. Por meio de relatório gerencial foi apresentado o acompanhamento da taxa de administração, com os seguintes dados: Taxa de Administração para 2021 montante de R\$ 4.818.505,21, Taxa de Administração Remanescente R\$ 13.156.966,72, Taxa de Administração Total R\$ 17.975.471,93. Os saldos diante das despesas empenhadas foi de R\$ 3.988.377,44, liquidadas R\$ 4.240.312,57 e pagas R\$ 4.345.649,82. Destacaram os conselheiros que ainda aguardam posicionamento referente ao pedido de ações conjuntas entre o Conselho Deliberativo e a Presidência do IPMJ, para o reconhecimento dos valores pagos a título de auxílio doença e salário família (benefícios assistenciais que já não pertencem ao rol de benefícios pagos pelo IPMJ), após a promulgação da EC 109/2019, referências 11/2019

A
L
Guilherme



a 07/2020, cujo montantes já foram destacados em reuniões anteriores: Auxilio Doença: Prefeitura Municipal de Jacareí R\$ 1.454.829,22 e SAAE R\$ 50.727,76 e Salário Família: Prefeitura Municipal de Jacareí R\$ 20.757,01 e SAAE R\$ 2.257,56. Em consenso os conselheiros aprovaram os balancetes de janeiro/2021 e fevereiro/2021, bem como suas movimentações financeiras. Na análise dos investimentos, observaram os conselheiros, por meio de demonstrativo mensal de resultados, que traz o acompanhamento das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do instituto, que a carteira rentabilizou em janeiro negativamente -R\$ 6.205.384,74, somando um patrimônio de R\$ 627.046.582,66, o desempenho foi de -1,02% no mês, resultando em -147,97% da meta de 0,69% no mês. A rentabilidade de fevereiro, também, foi negativa -R\$ 4.720.464,41, somando um patrimônio de R\$ 620.842.642,03, o desempenho foi de -0,79% no mês, acumulando -0,80% no ano, resultando em -61,92% da meta de 1,28% no mês, e -40,44% da meta de 1,98% no ano. Os resultados refletem aversão a risco do mercado financeiro, em um cenário crítico da pandemia, economia em crescimento abaixo do esperado, aumento de inflação, com aumento da taxa Selic e incertezas na política fiscal. Apontam os conselheiros a positividade dos fundos de investimentos no exterior, que agregaram a carteira diversificação e retornos positivos. Confirmaram os conselheiros a aderência de todos os fundos à Resolução 3922/2010 e Política de Investimentos 2021 e a aprovação do demonstrativo mensal elaborado pelo comitê. Após, passou-se a apreciação do Balanço de 2020, expondo no Anexo 12 - Balanço Orçamentário, superávit de R\$ 44.294.172,38. O Anexo 13 - Balanço Financeiro evidenciou como disponibilidade financeira o montante de R\$ 628.841.164,89, compreendendo valor em conta corrente e carteira de investimentos. O Anexo 14 - Balanço Patrimonial demonstrou ativo total de R\$ 935.297.570,74, com aumento de 4% em relação ao ano anterior, por crescimento na carteira de investimentos e correção no saldo devedor da dívida previdenciária da PMJ, bem como, apresentou um passivo totalizando R\$ 1.127.831.494,07, com aumento expressivo de 36,05% em relação ao ano anterior, devido alta nos valores das provisões matemáticas, que subiram de R\$ 829.248.254,30 em 2019 para R\$ 1.127.831.494,07 em 2020, gerando assim um Patrimônio Líquido negativo de -R\$ 192.533.923,33. Observaram os conselheiros que os valores das contribuições patronais não repassadas em 2020, no montante de R\$ 8.193.159,52, não foram lançados como créditos a receber, no Ativo, sendo justificado que o lançamento foi realizado em 2021, com a assinatura do acordo de parcelamento aprovado pela Secretaria de Previdência Social, e suas devidas correções, separando curto e longo prazo. Observou-se que o resultado patrimonial do exercício de 2020 foi negativo -R\$ 262.549.281,80, demonstrado no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, visto alterações nas provisões matemáticas, que impactou o resultado patrimonial do exercício. O cálculo atuarial apontou aumento no número de segurados ativos, aposentados e pensionistas (base de dados dez/2019). Foi apurado déficit atuarial de R\$ 874.291.580,41, considerando amortizações do atual plano de custeio por alíquota



suplementar -RS 651.947.468,42, resultou um déficit técnico de -RS 222.344.111,99. A recomendação do atuário foi de ajustes no plano de custeio na amortização do déficit, para o equilíbrio financeiro e atuarial. Com as devidas considerações, o Balanço 2020 foi aprovado pelo conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h e foi por mim Fabíola de Melo Silva Carneiro, Assessora da Presidência,
fusco lavrada a presente ata que será assinada pelos presentes.

Fabíola Melo S. Carneiro

Fabíola Melo Silva Carneiro

Renata de Souza Santos Esteves

Renata

Ivanir Barbosa da Silva Medeiros

Ivanir

Clévio Vitor de Almeida

Clévio

Amauri Arnaldo Junior

Amauri